



Boletim sobre a ONU e as actividades na Guiné-Bissau pela Paz e Desenvolvimento Sustentável



©UNIOGBIS/PIU

Ano Novo: a paz acima de tudo na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau entrou no Ano Novo com os seus problemas não tão novos - um impasse político que tem bloqueado instituições, prejudicando as condições de vida da população e o desenvolvimento. Apesar da tensão política, o povo bissau-guineense continua a mostrar um forte compromisso com a não-violência. O ano de 2018 traz esperança renovada com o aproximar de eleições, uma boa perspectiva de crescimento económico e o compromisso reiterado da comunidade internacional de continuar a ajudar o país e o seu povo.

A 1 de fevereiro de 2018, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou nova missão de consulta com os principais atores políticos para avaliar a implementação do Acordo de Conakry, que todos concordam que é um bom quadro para resolver a crise. No entanto, perante a falta de progresso decidiu impor sanções àqueles que impedem a implementação do Acordo.

O Conselho de Segurança da ONU voltará a reunir em Nova York para avaliar o trabalho do UNIOGBIS e decidir sobre a extensão do seu mandato. Nesta edição, partilhamos uma visão geral do trabalho realizado no ano passado.

PÁGINA 3



Mamadou Lamine Diop ©UNIOGBIS/PIU

Representante do ACNUR:
“O nosso mandato inclui ajudar aqueles que não têm pátria”

PÁGINA 6



© UNIOGBIS/PIU

CEDEAO anunciou sanções para aqueles que impedem Acordo de Conacri

PÁGINA 8



©UNDP

Mulheres de Canhabaque produzem sal – PNUD

PÁGINA 7

Um alerta para o mundo



Secretário-geral da ONU, António Guterres em visita à República Centro-Africana © UN PHOTO

Queridos amigos em todo o Mundo Feliz Ano Novo!

Há um ano, quando iniciei o meu mandato, lancei um apelo à Paz para 2017. Infelizmente o Mundo seguiu, em grande medida, o caminho inverso. No primeiro dia do ano de 2018 não vou lançar um novo apelo. Vou emitir um alerta ao Mundo. Os conflitos aprofundaram-se e novos perigos emergiram. A ansiedade global relacionada com as armas nucleares atingiu o seu pico desde a guerra fria. As alterações climáticas avançam mais rapidamente do que os nossos esforços para as enfrentar. As desigualdades acentuam-se. Assistimos a violações horríveis de direitos humanos. Os nacionalismos e a xenofobia estão a aumentar. Ao começarmos 2018, apelo à união.

Acredito verdadeiramente que podemos tornar o Mundo mais seguro. Podemos solucionar os conflitos, superar os ódios e defender os valores que temos em comum. Mas só poderemos fazê-lo em conjunto. Apelo aos líderes em todo o Mundo para o seguinte compromisso de Ano Novo:

Estreitem laços.

Lancem pontes.

Reconstruam a confiança reunindo as pessoas em torno de objectivos comuns.

A união é o caminho.

O nosso futuro depende dela.

Desejo a todos paz e saúde em 2018.

Thank you. Shokran. Xie Xie. Merci. Spasiba. Gracias. Obrigado.

Ficha técnica

Direcção: Modibo Toure ***Direcção editorial:** Júlia Galvão Alinho, * **Redacção:** Enfamara Cassamá, Juelma Mendes, Isabel Correia, Dionísio da Silva (Buba), Ivanildo Bodjan (Bafatá), Talata Baldé (S. Domingos) * **Colaboradores:** Dan da Costa-Vieira (PNUD), Wilson Gama (UNICEF), Amadu Camará (FAO), Agostinho Mané (OMS), Janaina Galvão (UNHCR), Mário Santos (ONU Mulheres) e Amantijane Candé (Rádio ONU)* **Desenho gráfico:** Noelson Barbosa e Iacuba Sani ***Produção e impressão:** UNIOGBIS/PIU

Ano Novo: a paz acima de tudo na Guiné-Bissau



Manifestação pacífica no centro de Bissau em marco de 2017 ©UNIOGBIS/PIU

A Guiné-Bissau entrou no Ano Novo com os seus problemas não tão novos - um impasse político que tem bloqueado instituições, prejudicando as condições de vida da população e o desenvolvimento. Apesar da tensão política, o povo bissau-guineense continua a mostrar um forte compromisso com a não-violência.

O ano de 2018 traz esperança renovada com o aproximar de eleições, uma boa perspectiva de crescimento económico e o compromisso reiterado da comunidade internacional de continuar a ajudar o país e o seu povo.

A 1 de fevereiro de 2018, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) iniciou uma nova série de consultas com os principais atores políticos para avaliar a implementação do Acordo de Conakry, que todos concordam que é um bom quadro para resolver a crise.

O Conselho de Segurança da ONU voltará a reunir em Nova York para avaliar o trabalho do UNIOGBIS e decidir sobre a extensão do seu mandato. É provável que o mandato do UNIOGBIS seja prolongado, uma vez que as reformas prioritárias continuam por implementar. A missão, portanto, irá concentrar-se em apoiar um diálogo político inclusivo e um processo de reconciliação nacional para fortalecer a governança democrática e trabalhar para o consenso sobre questões políticas fundamentais, em particular as reformas urgentes necessárias e um ambiente propício para um processo eleitoral pacífico, credível e atempado;

O UNIOGBIS e a Equipa de país das Nações Unidas também prestarão assistência técnica às autoridades nacionais para

agilizar e completar a legislação necessária para a manutenção da ordem constitucional, promoção e proteção dos direitos humanos e a organização das eleições legislativas e presidenciais previstas para 2018 e 2019;

A equipa das Nações Unidas na Guiné-Bissau também continuará a fornecer assessoria estratégica e técnica e apoio direcionado às autoridades nacionais e às partes interessadas na implementação de estratégias de reforma do setor de direito nacional, para desenvolver sistemas de justiça civil e militar e sistema penitenciário em conformidade com padrões internacionais, e para combater o tráfico de drogas e o crime organizado transnacional.

Em 2018, a ONU também supervisionará a implementação de vários projetos financiados pelo seu Fundo para a Consolidação da Paz no valor de 6 milhões de dólares americanos para apoiar o que os próprios bissau-guineenses identificaram como prioridades de consolidação da paz, a saber: fortalecer um setor de média independente; a conferência nacional para a reconciliação; reforço da participação das mulheres e jovens e reforço do setor da justiça.

O Representante Especial do Secretário-Geral na Guiné-Bissau, Modibo Toure, está realisticamente otimista sobre o novo ano: "Continuaremos a trabalhar lado a lado com a organização regional e outros parceiros importantes, a envolvemo-nos com a população e com os líderes e a implementar o nosso mandato o melhor possível e de forma imparcial que acredito que a longo prazo dará frutos".

2017 em revista



Delegação da CEDEAO e ONU reunida com o PR em abril 2017 ©UNIOGBIS/PIU

Olhando para o ano de 2017, apesar dos "efeitos negativos da crise política na população civil", a paz permanece, de longe, o maior factor unificador na Guiné-Bissau, sem a qual o trabalho da ONU em geral e UNIOGBIS em particular seria impossível.

Parte deste trabalho envolveu a consulta de partes interessadas nacionais e parceiros internacionais para implementar o Acordo de Conacri.

Após os esforços de um ano, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), na sua cimeira de 16 de dezembro em Abuja, na Nigéria, lamentaram "profundamente o impasse político na Guiné-Bissau, apesar das decisões tomadas na 51ª Sessão Ordinária de Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo realizada em 4 de junho de 2017 em Monrovia, na Libéria, " lê-se no comunicado final da cimeira de Abuja.

Durante essa cimeira, o presidente bissau-guineense, José Mario Vaz, apresentou um roteiro sobre a plena implementação do Acordo de Conacri, em particular a nomeação de um primeiro-ministro de consenso.

"Para garantir a implementação consensual do roteiro proposto, a Autoridade confia os presidentes Alpha Conde e Essozimna Gnassingbe aos responsabilidades de manter conversações com todas as partes interessadas no prazo de um mês. Caso contrário, seriam impostas sanções individuais ou coletivas a todos os que impedem a implementação do acordo ", ressaltaram os Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO.

Como parte dos seus bons ofícios e apoios políticos, o Representante Especial do Secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau (SRSG), Modibo Touré, participou na cimeira. Em Abuja, Lomé, Dakar, Conacri, Monrovia, Lisboa, Nova York e em Bissau, trabalha incansavelmente com as suas contrapartes da UA, da UE, da CEDEAO e outros parceiros internacionais para desbloquear a crise política que já dura há mais de dois anos na Guiné-Bissau. Através da Resolução 2343 (fevereiro de 2017), o Conselho de Segurança solicitou ao UNIOGBIS, entre outros, que:

- Apoiar um diálogo político inclusivo e um processo de reconciliação nacional para fortalecer a governança democrática e trabalhar para o consenso sobre questões políticas importantes, particularmente no que diz respeito à implementação de reformas urgentes necessárias.

- Proporcionar aconselhamento estratégico e técnico e apoio às autoridades nacionais e às partes interessadas, inclusive em coordenação com a CEDEAO / ECOMIB e outros parceiros internacionais, na implementação das estratégias da reforma do setor nacional de segurança e do Estado de direito, bem como no desenvolvimento de sistemas de justiça civil e militar que estão em conformidade com os padrões internacionais.

No âmbito do mandato de 2017, o UNIOGBIS realizou várias atividades / projetos com organizações governamentais, da sociedade civil, das mulheres e da juventude, sendo o beneficiário final o povo da Guiné-Bissau.

Politicamente falando

A Seção de Assuntos Políticos (PAS) implementou um projeto conjunto destinado a capacitar a sociedade civil para promover a participação construtiva de Bissau-Guineenses (especialmente mulheres e jovens) no processo democrático de seu país e promover a governança democrática, através do apoio a uma sociedade civil ativa e comprometida, usando organizações da sociedade civil (OSC) como guardiões, mobilizadores, elos de ligação, educadores e defensores, bem como construtores da paz. O PAS assistiu a Comissão Organizadora da Conferência Nacional estabelecida pela Assembleia Nacional para preparar a realização da conferência "Caminhos para a paz e o desenvolvimento: Causas, consequências e resolução de conflitos na Guiné-Bissau", que iniciará um processo de reconciliação nacional.

O UNIOGBIS prestou apoio à Comissão Organizadora de Reconciliação Nacional na organização de um simpósio internacional em Bissau para aumentar a consciencialização sobre a importância de lidar com o passado para superar a instabilidade e os conflitos políticos e sociais na Guiné-Bissau. Após o evento, o



Simpósio internacional sobre reconciliação em fevereiro 2017 ©UNIOGBIS/PIU

UNIOGBIS apoiou a Comissão no desenvolvimento de um roteiro e cronograma de atividades a serem realizadas em 2018 para a realização da Conferência Nacional.

Em linha com o fortalecimento das instituições do Estado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, entre junho e dezembro, envolveu 500 participantes em Bissau, num ciclo de sete conferências em torno das perspectivas políticas, sociais, históricas e económicas da Guiné-Bissau - uma abordagem crucial para diálogo político genuíno e reconciliação nacional. Paralelamente, a Universidade Lusófona acolheu numa conferência 109 participantes, incluindo 41 mulheres de Bissau, que deliberaram questões sobre governança, enquanto um programa de divulgação em dezembro conectou a população e seus representantes parlamentares e discutiu papéis individuais e coletivos reunindo mais de 100 jovens de Bissau, incluindo 40 mulheres.

À medida que as eleições de 2018 se aproximam, o PAS prestou apoio à Comissão Nacional de Eleições (CNE), para a formação de 111 oficiais eleitorais regionais em Canchungo, Bafata e Buba, enquanto que 100 participantes, incluindo 20 mulheres dos media, sociedade civil e partidos políticos dialogaram em Bissau sobre "Liderança, Sistema Eleitoral e Gestão de Disputas no Processo Eleitoral".

Direitos humanos

A Seção de Direitos Humanos (HRS) apoiou as autoridades nacionais na realização de uma auto-avaliação do desempenho próprio do governo sobre a implementação das recomendações feitas à Guiné-Bissau por mecanismos internacionais de direitos humanos, que foram amplamente atendidos por todos os ramos do poder, incluindo o escritório do Presidente da República, dos

Parlamentares, do Judiciário e do Conselho de Ministros.

Duas grandes parcerias para a promoção dos direitos humanos foram estabelecidas com as autoridades nacionais. Entre elas, o Ministério da Educação e seu Instituto de Desenvolvimento Educacional, para a incorporação dos direitos humanos nos currículos das escolas primárias e com a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, para a promoção geral dos direitos humanos no país.

Também alcançou a população local apoiando os debates públicos, inclusive sobre vários aspectos do direito à saúde, e divulgando as



Lançamento da rede de defensores dos Direitos Humanos ©UNIOGBIS/PIU

principais mensagens de direitos humanos incorporadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos através da mídia, incluindo programas de rádios comunitários e um debate na televisão ao vivo. Seção dos Direitos Humanos também alcançou cerca de 400 defensores dos direitos humanos em todo o país durante um exercício de mapeamento realizado com organizações da sociedade civil e apoiou ainda mais a formalização da Rede de Defensores de Direitos Humanos, que foi lançada durante a Celebração do Dia dos Defensores de Direitos Humanos em 9 de dezembro.

Estado de direito e instituições de segurança (ROLSI)

O trabalho da Seção dos Direitos Humanos e Segurança (ROLSI) tem estado focado no fortalecimento institucional, governança do sistema de segurança e revisão de leis/ políticas e estratégias. Em termos de Revisões de Leis / Políticas e Estratégias, foram feitos progressos (Defesa, Polícia e Justiça) com a revisão do documento de estratégia SSR de 2006; Política e estratégia de defesa nacional em colaboração com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e o Instituto Nacional da Defesa (IDN); o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Segurança Marítima e o desenvolvimento do Projeto de Plano Estratégico Nacional para a reforma do sistema penitenciário da Guiné.

Como parte de um esforço contínuo para aumentar a capacidade das agências nacionais de aplicação da lei, o ROLSI, em colaboração com o Bureau Nacional da INTERPOL, realizou uma formação conjunta em equipamentos para 27 (incluindo duas mulheres) policiais nacionais nas principais postos de fronteiras do país. Pontos de entrada de controlo em Pirada, parte nordeste do país, São Domingos, no norte, e Bubaque, no sul.

Em cumprimento do seu mandato de profissionalizar as agências nacionais de aplicação da lei e aprimorar suas capacidades para enfrentar efetivamente os incidentes de segurança pública, segurança e gestão de pedidos públicos, a ROLSI realizou atividades de treinamento de capacitação em áreas policiais importantes, nomeadamente: policiamento comunitário, investigação criminal, técnicas de interrogatório e entrevista, direitos humanos, uso da força e gestão de demonstrações públicas, planeamento operacional policial, comando, controle e comunicações, recursos humanos, entre outros que tiveram um impacto positivo nas operações policiais.

Em termos de setor da justiça, foi fornecido apoio técnico aos

preparativos substanciais do VII Fórum Nacional de Justiça de Alto Nível. O fórum, organizado anualmente pelo Ministério da Justiça desde 2011, desempenha um papel fundamental no pavimento das orientações e orientação para a reforma da justiça criminal.

Consciente da crescente ameaça à segurança global pelo terrorismo, lavagem de dinheiro e outros crimes transnacionais e seu impacto na Guiné-Bissau, o tema "Justiça Criminal: Segurança e Desenvolvimento" foi escolhido para o próximo fórum.

Em setembro, na sequência do briefing do SRS Touré, sobre "A situação na Guiné-Bissau", o Presidente do Conselho de Segurança fez uma declaração expressando a profunda preocupação do Conselho de Segurança sobre o impasse político não resolvido na Guiné-Bissau devido à incapacidade de seus líderes políticos para alcançar uma solução duradoura e consensual.

O Presidente do Conselho de Segurança lembrou então que a implementação do Acordo de Conakry, com base no mapa de seis pontos da CEDEAO, é o principal marco para uma resolução pacífica da crise política, que levaria principalmente a eleições. Consequentemente, "o Conselho de Segurança sublinha, a importância da realização e preparação de eleições legislativas e presidenciais, atualmente agendadas para 2018 e 2019, respetivamente, em especial a atualização da lista de cadastro eleitoral".

Desenvolvimento

Ao longo de 2017, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considerou o crescimento económico, cujo 4º Relatório Consultivo Nacional para a Guiné-Bissau divulgado em outubro registou um crescimento anual entre cinco e seis por cento. Os resultados foram principalmente devido à colheita de caju, a espinha dorsal da economia em grande parte baseada na agricultura, viu os preços recorde na temporada de 2017.

Esta visão positiva, no entanto, não se viu refletida na vida da população. Houve greves em vários setores, incluindo educação na mídia e saúde que afetaram os serviços essenciais. A Guiné-Bissau continua a ser um dos dez países mais pobres do mundo e o Estado enfrenta enormes desafios na prestação de serviços sociais adequados à população. A renda per capita anual é de apenas US \$ 1.580 - uma das mais baixas da região.

As avaliações setoriais das agências, fundos e programas da Organização das Nações Unidas revelam uma incidência muito elevada de mortalidade infantil e materna, doenças crônicas, incluindo desnutrição na população infantil, HIV, TB e malária e analfabetismo generalizado. Um desafio específico é fornecer serviços de saúde e educação fora dos principais centros urbanos e a maioria das comunidades rurais fora de Bissau não tem acesso a serviços básicos, incluindo conexão a serviços básicos como eletricidade e água potável (4% de cobertura).

Durante a semana de 19 a 25 de setembro, o Banco Mundial, o PNUD e o UNIOGBIS realizaram uma reunião de planeamento para a realização de uma Revisão de Despesas Públicas (PER) com o Ministério das Finanças. O planeamento PER buscou maneiras de aumentar a responsabilização e o monitoramento das despesas públicas em quatro áreas críticas: saúde, educação, segurança e infra-estrutura.

Gênero

A promoção da igualdade de gênero e integração das perspectivas gênero permeou todo o trabalho do UNIOGBIS e da equipa da ONU em geral. Em conjunto com a ONU-Mulher e com o FNUAP foram desenvolvidas várias atividades relacionadas ao gênero focadas no apoio à participação das mulheres como ativistas da paz na resolução da crise política da Guiné-Bissau, entre outras. Deu-se também apoio técnico e operacional para encorajar os esforços de mediação das mulheres e aumentar a sua eficácia como líderes. Na área humanitária várias agências do sistema tais como ACNUR, OIM, PAM, UNICEF e OMS continuaram a prestar apoio a refugiados, migrantes, a assegurar a cantina escolar e apoiar o sistema nacional de saúde.

Representante do ACNUR: “O nosso mandato inclui ajudar aqueles que não tem pátria”



Mamadou Lamine Diop, Representante ACNUR ©UNIOGBIS/PIU

O Representante do ACNUR na Guiné-Bissau, Mamadou Diop explicou o que faz esta agência da ONU e disse que a decisão da Guiné-Bissau de conceder nacionalidade aos refugiados “foi salutar”.

Em dezembro de 2017, o governo da Guiné-Bissau decidiu conceder a nacionalidade guineense aos refugiados casamanceses no país desde a crise de 2006...

O governo da Guiné-Bissau aceitou finalmente o pedido do ACNUR para conceder, finalmente, nacionalidade a todos os refugiados senegaleses, de um lado, que constituem a maioria, e, também, a todos os refugiados urbanos que viviam em Bissau. É uma decisão muito importante que foi saudada pela comunidade internacional inclusive pelo escritório regional da representante regional para a África Ocidental como também pelo Alto Comissário que, aliás, escreveu diretamente ao Presidente da República da Guiné-Bissau para agradecer-lhe por este esforço. Vale a pena dizer que o ACNUR sempre procurou uma solução sustentável para os refugiados que tardaram no território guineense, alguns deles estão aqui há mais de 20 anos...

De quantas pessoas estamos a falar ?

Digamos, neste momento, como cifra de base nos nossos bancos de dados, falamos de 7 mil . Sete mil pessoas que vão poder beneficiar da nacionalidade guineense. É preciso destacar que, por esta via, o governo guineense contribuiu grandemente no combate à apatridia, num sentido, mas igualmente, isso permitiu encontrar uma solução definitiva para um grande número de refugiados que sempre viveram na Guiné-Bissau, decerto, em harmonia com a comunidade hóspedeira, mas que até aqui não dispunha de uma documentação válida. Na sequência desta declaração de integração local da cláusula que foi assinada por sete ministros – a cerimónia teve lugar no dia 05 de dezembro de 2017, no Palácio do governo, - sob a presidência do Primeiro-ministro da República da Guiné-Bissau. Então, em consequência disso, ações concretas vão ser agora levadas a cabo em concerto com uma comissão técnica composta pelo ACNUR , o governo da Guiné-Bissau, nomeadamente os dois ministérios-chave, a saber, o do Interior e o da Justiça que é encarregado da questão de documentação. Paralelamente a isso, temos também a questão de atribuição de terreno com títulos de propriedade que vai ser discutida com o governo da Guiné-Bissau, para a atribuição de espaço para fins agrícolas para os novos cidadãos guineenses que

foram integrados.

Portanto, foi uma decisão salutar, é preciso sublinhá-lo, e é inédita na África Ocidental e diria até no mundo. Não é fácil ver um governo que tenha atendido esse pedido da comunidade internacional, mesmo com algumas condições, porque é preciso algum suporte material por parte do ACNUR e dos doadores que vão apoiar este programa de integração. Depois da produção de documentos com os projetos de integração local, isso vai permitir a instalação dos refugiados nas comunidades de acolhimento.

Além deste apoio para a integração dos refugiados, qual é vossa outra linha de trabalho para 2018 na Guiné-Bissau?

Este ano, 2018, nós continuamos com os projetos de apoio, e, por falarmos de zonas puramente agrária e agrícola, vai haver um suporte na área agrícola, em sementes, utensílios agrícolas e um apoio também naquilo que é o nosso mandato principal, que é a proteção dos refugiados e dos nossos beneficiários, reorganizar as comissões de proteção para combater melhor os fenómenos de violências sexuais e sexistas que poderiam ocorrer na zona, isto é, na região de Cacheu que cobrimos. Portanto, globalmente, o mandato do ACNUR é a continuidade do seu mandato tradicional até que a integração dos refugiados seja efetiva.

Podia explicar um pouco mais do mandato do ACNUR?

O ACNUR tem por mandato, de acordo com a convenção de 1951 e dos protocolos adicionais de 1967, proteger e conceder apoio aos refugiados principalmente, mas também, o nosso mandato evoluiu progressivamente de modo que inclui agora os chamados deslocados internos nos países, temos igualmente a questão dos apátridas, que é um dos pilares muito importante sobre o qual o ACNUR trabalha, nomeadamente aqui na Guiné-Bissau. Portanto, principalmente no que concerne estes três pilares que são atualmente válidos aqui na Guiné-Bissau, particularmente o pilar 4, que tem a ver com os refugiados e o 3. referente à questão dos apátridas, o ACNUR está muito ativo e, digamos, é a questão chave do nosso mandato ao nível da Guiné-Bissau.

Referente à apátridas, será que há algum estudo em curso sobre a situação na Guiné-Bissau?

O ACNUR comissionou um perito para efetuar um estudo muito mais aprofundado sobre o fenómeno e os riscos de apátridas no território guineense. Isto não respeita unicamente as zonas onde evoluem os nossos refugiados, mas igualmente sobre o conjunto do território e as ilhas Bijagós, onde vive uma importante comunidade estrangeira, com crianças que nascem ali, com pescadores que acorrem para aquelas ilhas e estabelecem nelas procedentes de horizontes diversos e que estão expostos aos riscos de apatridia. Portanto, eles são igualmente abrangidos por este estudo. No fim, o resultado será muito útil para a comunidade internacional, de um lado, e também, para os outros colegas, as agências e vamos poder partilhá-lo com o governo da Guiné-Bissau.

É para quando a conclusão de tal estudo?

Daqui a 4 meses já teremos a primeira versão desse trabalho.

Finalmente, para alguém que estiver aqui na Guiné-Bissau e não tiver o documento e que tenha fugido do seu país por razões várias, como económica ou de guerra, o que pode ele fazer para aceder à vossa assistência?

A orientação é para se deslocarem aos escritórios da Comissão Nacional de Refugiados e Deslocados Internos (CNRDI) que está aqui nas nossas instalações. Serão recebidos, serão ouvidos e terão o tratamento e conselhos de que precisam. Até que a determinação do estatuto de um indivíduo seja pronunciado pela CNRDI e diferentes estruturas afins.

Mulheres de Canhabaque produzem sal- PNUD



Grupo de mulheres de Canhabaque mostram o sal que produziram © UNDP

O PNUD, no âmbito do Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial do Ambiente, permitiu às mulheres da tabanca de Antchopi, na Ilha de Canhabaque, aumentar as suas fontes de renda graças ao domínio de técnicas de produção de sal usando a energia solar e iodação, sem destruição do tarrafe.

Domingas, uma dessas mulheres, disse que nunca pensava poder produzir sal através de sol. Mas agora, graças às diferentes sessões de formações, ela domina a técnica solar de produção do sal, e consegue vender a sua produção no mercado de Bubaque ou em Bissau. Consegue assim um rendimento, de forma menos cansativa e mais ecológica para sustentar a sua família graças ao projeto de produção de sal solar e iodação executado pela Organização Tarbadju Ki Pecadur.

Japão e PAM assinam acordo para apoiar Cantina Escolar

O Governo do Japão assinou um acordo de cooperação com o Programa Alimentar Mundial (PAM) nesta segunda-feira, 20 de novembro de 2017, no valor de JPY260.000.000 (equivalente de XOF 1.3 bilhões) para apoiar o programa Cantina Escolar do Governo e contribuir para o tratamento da desnutrição infantil na Guiné-Bissau em 2018. O acordo foi assinado pela Sra. Keiko Egusa, Conselheira da Embaixada do Japão, e a Sra. Kiyomi Kawaguchi, Representante do PAM na Guiné-Bissau, testemunhado pelo Arquiteto Jorge Malu, Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, durante uma cerimônia realizada no Palácio do Governo. Uma parte da doação será peixe enlatado proveniente de Japão, cuja compra apoiará pescadores afetados pelo grande terremoto de Tohoku em 2011, enquanto outra parte será fornecida pela primeira vez em dinheiro para permitir a compra dos alimentos disponíveis localmente no país, e uma terceira parte via compra internacional dos alimentos preparados especificamente para o tratamento de desnutrição e indisponíveis na Guiné-Bissau. Segundo Kiyomi Kawaguchi, "A compra local de alimentos para escolas pode ter impactos transformacional e multidimensional dando oportunidade de nutrir alunos com alimentos produzidos biologicamente nas comunidades locais, respeitando-se a dieta local, estimulando a venda e renda dos pequenos agricultores familiares, particularmente as mulheres produtoras, permitindo a diversificação dos produções agrícolas e pesca, empoderamento as mulheres e contribuindo para a economia local." Estima-se que 70 mil pessoas ou 10 mil famílias em 200 comunidades serão diretamente beneficiadaa durante 2018,

incluindo 50 mil crianças em idade escolar e 200 associações de mulheres de pequenos agricultores.

Cerca de 184 bebês nasceram no primeiro dia do ano na Guiné-Bissau- UNICEF



Cerca de 184 bebês nasceram no dia 1 de Janeiro na Guiné-Bissau, afirmou o UNICEF nesse dia. Ao todo, são esperados 385.793 nascimentos em todo o mundo no primeiro dia do ano. Foi provavelmente na pequena ilha de Kiribati, no Pacífico, que nasceu o primeiro bebê de 2018; e o último nos EUA. Globalmente, mais de metade destes nascimentos irão ocorrer em nove países: Índia - 69.070; China - 44.760; Nigéria - 20.210; Paquistão - 14.910; Indonésia - 13.370; Estados Unidos da América - 11.280; República Democrática do Congo - 9.400; Etiópia - 9.020; Bangladesh - 8.370. A maioria dos bebês sobrevive e prospera, mas muitos não irão viver para além do primeiro dia. Globalmente, em 2016, um total estimado de 2.600 crianças morreram nas primeiras 24 horas de vida. Para quase 2 milhões de recém-nascidos, a sua primeira semana de vida foi também a última. Durante o primeiro mês após o nascimento, em todo o mundo, 2,6 milhões de crianças morreram. Mais de 80 por cento destas mortes de recém-nascidos ocorreram devido a causas preveníveis ou tratáveis, como nascimento prematuro, complicações durante o parto e infeções como septicémia e pneumonia. "A resolução de Ano Novo do UNICEF é ajudar todas as crianças a viverem mais do que uma hora, mais do que um dia, mais do que um mês – mais do que mera sobrevivência," afirmou Christine Jaumes, Representante do UNICEF na Guiné-Bissau. "Apelamos a todos os governos e aos nossos parceiros que se juntem a esta luta para salvar as vidas de milhões de crianças."

Nas últimas duas décadas, o mundo assistiu a progressos sem precedentes em matéria de sobrevivência infantil, tendo-se reduzido para metade o número de crianças que morrem antes do seu quinto aniversário em todo o mundo para 5,6 milhões em 2016. Mas apesar destes avanços, o progresso para os recém-nascidos tem sido mais lento. Os bebês que morrem no primeiro mês representam 46 por cento de todas as mortes entre crianças com menos de cinco anos. Em Fevereiro, o UNICEF lançou a campanha global "Every Child Alive", para conseguir levar soluções de saúde de qualidade e financeiramente acessíveis a todas as mães e recém-nascidos. Estes incluem o fornecimento constante de água potável e electricidade as estruturas de saúde, a presença do pessoal de saúde qualificado durante o nascimento, a desinfeção do cordão umbilical, o aleitamento materno na primeira hora após o nascimento e o contato pele a pele entre a mãe e o filho.

"Estamos agora a entrar na era em que todos os recém-nascidos do mundo devem ter a oportunidade de ver o século 22", acrescentou Christine Jaumes. "Infelizmente, quase metade das crianças que nascerão este ano provavelmente não irão ter esta oportunidade". Uma criança nascida na Suécia em Janeiro de 2018 viverá provavelmente até ao ano 2100, enquanto que uma criança nascida na Guiné-Bissau tem poucas probabilidades de viver para além de 2076.

CEDEAO anuncia sanções efectivas a partir de 1 de fevereiro aos que impedem saída da crise



Robert Dussey, Ministro de Exteriores do Togo © UNIOGBIS/PIU

Uma missão da CEDEAO saiu de Bissau a 1 de fevereiro, desta feita com o anúncio que as sanções as pessoas ou organizações que impedem a saída da crise política na Guiné-Bissau serão efectivas a partir deste mesmo dia. A lista de sancionados foi divulgada no dia 7 de fevereiro e contem os seguintes nomes: Braima Camara, Rui Dia de Sousa, Soares Sambu, Abel da Silva Gomes, Manuel Nascimento Lopes, Eduardo Mamadu Balde, Maria Aurora Abissa Sano, Florentino Mendes Pereira, Orlando Mendes Viegas, Certorio Biote, Domingos Quade, Carlitos Barai, Domingos Malu, Antonio Sedja Man, Bacari Biai, Botche Cande, Herson Gougjabi Vaz, Victor Madinga, Fernando Vaz. A Missão, liderada pelo Presidente do Conselho de Ministros da CEDEAO, Robert Dussey, e Ministro das Relações Exteriores do Togo, reuniu com o Presidente da República, PAIGC, PRS e o Grupo dos 15 deputados expulsos do PAIGC, e a comunidade internacional representada em Bissau e constatou que “a nomeação do Primeiro-ministro de consenso tal como preconizado no Acordo de Conacri não foi respeitada”. No seu comunicado final, a missão diz ainda que “deplora o não respeito pelo direito de reunião tal como expresso na Constituição e os instrumentos de direitos humanos da CEDEAO, da União Africana e ONU”, e “lança um apelo às autoridades guineenses que respeitem o Estado de direito, os direitos humanos, incluindo o direito de liberdade de reunião”. Subsequentemente exortou as forças de defesa e segurança a manterem uma postura republicana. Além disso, a missão continua convicta de que “sem a aplicação integral do Acordo de Conacri, nomeadamente a nomeação de um primeiro-ministro de consenso e a formação de um governo inclusivo, “não estão reunidas as condições políticas idóneas para a organização de eleições credíveis”, lê-se no comunicado. A delegação da CEDEAO congratulou-se com a boa colaboração com o grupo de parceiros internacionais representados em Bissau, incluindo ONU, UA, EU e CPLP.

Esta missão sucedeu uma outra de meados de janeiro, cujo relatório foi discutido na Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado em Adis Abeba, a 26 de janeiro. Nessa altura o Presidente Vaz foi convidado a nomear um Primeiro-ministro consensual e as Partes Signatárias a formar um governo em conformidade com o Acordo de Conacri até 31 de janeiro de 2018, caso contrário seriam impostas sanções coletivas e individuais, a partir de 1 de fevereiro de 2018, “contra qualquer pessoa ou organização que prejudique o processo de saída da crise na Guiné-Bissau.”

A Autoridade encarregou desde logo o Presidente da Comissão de aplicar as sanções e decidiu criar um Comité, que inclui o Togo, a

Guiné e a Comissão da CEDEAO, para monitorar a implementação de sanções. A Autoridade também lançou um forte apelo à União Africana, à CPLP, à União Europeia e às Nações Unidas “para apoiar a CEDEAO na aplicação efetiva de sanções.” Além disso, decidiram prolongar o mandato da ECOMIB até 31 de março.

Como se chegou aqui

No final da Cimeira de Abuja em dezembro passado, a Autoridade da CEDEAO tinha tomado nota do roteiro apresentado pelo presidente Mario Vaz sobre a plena implementação do Acordo de Conacri, em particular a nomeação de um primeiro-ministro de consenso. Para garantir a implementação consensual do roteiro proposto, os líderes da CEDEAO confiaram aos presidentes Alpha Conde e Essozimna Gnassingbe a responsabilidade de manter conversações com todas as partes interessadas no prazo de um mês, que terminou em 16 de janeiro. Foi em conformidade com esta recomendação que os dois Chefes de Estado enviaram de 17 a 18 de janeiro para Bissau, o Presidente do Conselho de Ministros da CEDEAO, Robert Dussey, Ministro das Relações Exteriores do Togo e Naby Youssouf Kiridi Bangoura, Ministro de Estado Secretário Geral da Presidência da Guiné. O Acordo de Conacri foi o resultado de uma ronda de negociações sobre a situação na Guiné-Bissau, presidida pelo Presidente da Guiné e Mediador da CEDEAO, Alpha Conde, de 11 a 14 de outubro de 2016 em Conacri. Participaram do Presidente da Guiné-Bissau da Assembleia Nacional do Povo, do Primeiro-Ministro, de partidos com representação parlamentar, incluindo PAIGC, PRS, PND, PCM, UM, líderes religiosos e representantes da sociedade civil.

As negociações de Conacri fazem parte da implementação do roteiro de seis pontos adotado pela CEDEAO e intitulado “Acordo sobre a Resolução da Crise Política na Guiné-Bissau”, assinado em Bissau em 10 de setembro de 2016.

Em Conacri, as partes interessadas da Guiné-Bissau concordaram, entre outros:

- Nomeação de um primeiro-ministro do consenso que tenha a confiança do Presidente da República. O primeiro-ministro deve estar no cargo até as eleições legislativas de 2018;
- Formação de um governo inclusivo baseado em um organograma acordado por todos os partidos políticos na Assembleia Nacional, de acordo com o princípio da representação proporcional;
- O governo inclusivo implementará um programa preparado por um diálogo nacional de mesa redonda dentro de trinta dias após a nomeação do primeiro-ministro.